

NOTA TÉCNICA

N.º 110/2010/DA/SAGI/MDS

Assunto: *Síntese do 1.º Relatório contendo os Principais Resultados da Pesquisa de Avaliação de Impacto do Bolsa Família – 2ª Rodada – AIBF II*

Data: 04 de agosto de 2010

MDS

SAGI

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 409
CEP 70054-906 | Brasília DF | Tel. 61 3433 1501



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO
Esplanada dos Ministérios, Bloco A, sala 410 – 70.054-906, Brasília-DF
Fone: (061) 3433-1509/1532, Fax: (061) 3433-1528

Brasília, 04 de agosto de 2010

Nota Técnica n.º 110/2010/DA/SAGI/MDS

Assunto: *Síntese do 1º. Relatório contendo os Principais Resultados da Pesquisa de Avaliação de Impacto do Bolsa Família – 2ª Rodada – AIBF II*

Informações Gerais

- Instituição executora: Consórcio IFPRI (*International Food Policy Research Institute*) / Datamétrica.
- Fontes de financiamento: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial (BIRD).
- Pesquisa contratada em fevereiro de 2009 no âmbito do Projeto BRA 04/028 – Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família.
- Período de realização da pesquisa de campo: setembro a novembro de 2009.

Apresentação

Esta Nota Técnica apresenta uma síntese do 1º. Relatório contendo os principais resultados encontrados na Segunda Rodada da Avaliação de Impacto do Bolsa Família – AIBF 2ª Rodada.

O objetivo da avaliação de impacto é isolar os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre seu público alvo e, assim, tentar entender se as mudanças observadas na vida das pessoas têm relação direta ou não com o Programa.

Para avaliar os impactos do PBF, foi realizada, em 2005, uma primeira rodada de entrevistas. Essa rodada incluiu: (i) famílias beneficiárias do Programa; (ii) famílias que não eram

beneficiárias, mas estavam incluídas no Cadastro Único; (iii) famílias não incluídas no Cadastro Único, mas com perfil semelhante ao das famílias cadastradas. No total, a pesquisa entrevistou 15.426 famílias, em 269 municípios de 23 estados da federação e do Distrito Federal.

Em 2009, a amostra pesquisada foi a mesma da primeira rodada. Em pesquisas como essa, é previsível haver alguma “perda” de amostra, devido especialmente a dificuldades de localização de algumas famílias. A perda, entretanto, foi considerada dentro dos padrões para pesquisas como essa e, assim, 74,1% das famílias entrevistadas em 2005 (isso é, 11.433) foram ouvidas novamente para que pudessem ser verificadas as mudanças nas suas condições de vida no decorrer desses quatro anos e determinar quais dessas mudanças poderiam ser atribuídas exclusivamente à sua participação no PBF.

De um modo geral, a AIBF Segunda Rodada oferece respostas a duas questões: (i) as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família estão em melhores condições de vida em 2009 do que estavam em 2005?; e, (ii) as famílias beneficiárias estão em melhores condições de vida em 2009 do que estavam em 2005 *por causa* do Bolsa Família?

A seguir, são apresentados alguns dos principais resultados encontrados na AIBF Segunda Rodada que demonstram a evolução destas famílias ao longo do tempo e revelam em que medida as mudanças observadas nas condições de vida dessas famílias podem efetivamente ser creditadas à sua participação no Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família na visão dos beneficiários

Há muita informação disponível sobre a gestão do PBF. Todavia, há pouca informação sobre o que os beneficiários e potenciais beneficiários conhecem a respeito do Programa. A AIBF 2ª Rodada trouxe alguns resultados interessantes sobre essas questões.

Em relação aos critérios de elegibilidade do Programa, 80% dos respondentes souberam identificar o corte de renda para famílias extremamente pobres como um dos critérios utilizados para inclusão no Programa. Pouco menos, 70% dos respondentes, identificaram o corte de renda para famílias pobres como um dos critérios para inclusão das famílias. Outro ponto identificado como critério de elegibilidade foi a presença de crianças fora da escola.

Um resultado interessante foi observado quando se perguntou aos entrevistados o que eles achavam melhor, caso existisse mais dinheiro disponível para o programa, se o aumento do valor dos benefícios ou a inclusão de novos beneficiários. Mais de 82% dos entrevistados consideraram como melhor opção a inclusão de novos beneficiários. Até mesmo entre aqueles que eram beneficiários essa resposta prevaleceu (78% dos beneficiários disseram preferir esta opção ao aumento do valor do benefício).

Sobre o conhecimento das condicionalidades exigidas pelo programa, 90% dos entrevistados souberam identificar corretamente aquelas relacionadas à educação e 92% identificaram

corretamente as de saúde, considerando tanto beneficiários quanto não beneficiários. Algumas famílias (11%) acham, no entanto, que o dinheiro do Programa deve ser utilizado apenas para a compra de materiais e livros escolares, o que não procede.

As famílias beneficiárias disseram que, em geral, não têm dificuldades em cumprir as condicionalidades do PBF, mas nas regiões rurais a dificuldade em cumprir condicionalidades de saúde é superior à encontrada nas regiões urbanas, especialmente devido a problemas de acesso aos postos e unidades de saúde.

O que mudou para as famílias entre 2005 e 2009 nos quesitos saúde e educação

A comparação entre os resultados de 2005 e 2009 mostra melhoras significativas na vida das famílias entrevistadas. O objetivo desta seção é descrever essas mudanças, sem considerar, por enquanto, quanto delas se deve à participação das famílias no PBF.

Um dos resultados positivos observados é o fato de que quase todas as crianças de 0 a 1 ano de idade das famílias entrevistadas (beneficiárias ou não) são ou foram amamentadas (95%), até 2009. No entanto, as crianças de famílias beneficiárias do PBF recebem o leite materno como único alimento até os 06 meses de vida em proporção maior do que aquelas de famílias não beneficiárias (62% contra 54%).

Comparando os dados antropométricos de crianças de até 05 anos de idade entre 2005 e 2009, observa-se que a relação entre altura e idade melhorou, tanto entre as famílias beneficiárias quanto entre aquelas não beneficiárias do PBF.

No que diz respeito à cobertura vacinal, esta também melhorou no comparativo entre as duas pesquisas. Apesar de alto o índice de vacinação, nos dois anos pesquisados as famílias beneficiárias apresentaram melhores índices de vacinação do que aquelas não beneficiárias.

A proporção de crianças de 8 a 13 anos de idade frequentando a escola é alta e praticamente não variou entre os anos de 2005 e 2009, tanto entre crianças de famílias beneficiárias quanto de famílias não beneficiárias (mantendo-se próxima a 95%). Contudo, em 2009, observa-se que a frequência escolar de jovens de 15 a 17 anos de idade beneficiários do PBF é maior do que a dos não beneficiários.

Ainda em relação à educação de crianças e jovens, a proporção de beneficiários do PBF que se mantêm na escola até os 14 anos é maior do que comparado aos não beneficiários, assim como também são melhores as taxas de progressão dos beneficiários.

Quais mudanças podem ser atribuídas ao PBF?

Apesar da melhora significativa das famílias entre 2005 e 2009, para identificar quais mudanças podem ser atribuídas ao Programa é preciso, como anteriormente mencionado, isolar os efeitos do Programa Bolsa Família de outras intervenções igualmente dirigidas a essas pessoas no mesmo período. Apresentam-se em seguida alguns resultados referentes ao impacto do PBF – efeitos que devem ser creditados exclusivamente à participação no Programa e ao cumprimento das condicionalidades nas áreas de saúde e educação.

1) Saúde da Criança

A participação no PBF impacta positivamente as gestações, significando menor quantidade de partos prematuros entre as famílias beneficiárias. A **quantidade de crianças nascidas a termo**, ou seja, após um período de gestação entre 37 e 41 semanas, foi 14,1 pontos percentuais maior nas famílias beneficiárias, em comparação com as famílias não beneficiárias.

A **proporção de crianças beneficiárias consideradas nutridas** foi, por sua vez, 39,4 pontos percentuais mais alta em comparação com crianças não beneficiárias, considerando-se o Índice de Massa Corporal (IMC), que estabelece uma relação entre o peso e a altura das crianças.

Finalmente, o Programa Bolsa Família teve impacto positivo sobre a **vacinação em dia**, especialmente quando se observam os índices de vacinação contra Poliomielite. A proporção de crianças beneficiárias que receberam a primeira dose da Polio no período apropriado foi 15 pontos percentuais maior do que a proporção de crianças de famílias não beneficiárias. No caso da terceira dose, a proporção foi 25 pontos percentuais superior. A vacinação contra Tétano, Difteria e Coqueluche (DTP) também foi mais frequente entre as famílias beneficiárias do PBF, com uma diferença de 18 pontos percentuais na segunda dose e de 19 pontos percentuais na terceira.

2) Educação

A participação no PBF também tem impacto positivo na educação de crianças e jovens. A **freqüência escolar de crianças de 6 a 17 anos** das famílias beneficiárias foi 4,4 pontos percentuais maior em comparação com a freqüência escolar das crianças das famílias não beneficiárias. Somente na região Nordeste, essa diferença foi de 11,7 pontos percentuais a favor das crianças das famílias beneficiárias.

Além disso, a **progressão de ano para crianças de 6 a 17 anos** de famílias beneficiárias foi 6,0 pontos percentuais maior em comparação com famílias não beneficiárias. O impacto é maior entre as meninas de 15 e 17 anos, quando a diferença chega a 19 e 28 pontos percentuais, respectivamente.